

Quadrilátero da Saúde: patrimônio edificado da Universidade de São Paulo - USP

Priscila Miyuki Miura¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p56-80>

Resumo

O presente trabalho consiste na análise da documentação processual que resultou, em 2007, no tombamento do denominado Quadrilátero da Saúde, marco na história da implantação do sistema de saúde pública no Estado de São Paulo. No final do século XIX, situava-se numa região considerada não povoada na cidade de São Paulo, entre o sítio urbano original e o povoamento de Pinheiros. Já no século XX, o crescimento da cidade incorporou essa área, que hoje corresponde a um perímetro em região central delimitado pelas ruas Teodoro Sampaio, Oscar Freire e as Avenidas Rebouças e Doutor Arnaldo, agregando um número crescente de edificações voltadas à saúde pública. Na documentação analisada, especificamente nos dois pareceres técnicos que embasariam a deliberação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) pelo tombamento ou não, identificou-se uma nítida cisão entre a análise espacial arquitetônica e a contextualização histórica. Além de se observar que são dois os discursos, pretendeu-se verificar até que ponto dialogam, se sobrepõem ou se contrapõem.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Universidade de São Paulo. Preservação arquitetônica.

Health Block: University of São Paulo - USP built heritage

Abstract

This paper analyzes the documentation procedure that, in 2007, designated the Quadrilátero da Saúde (Health Block) as heritage and landmark in the history of the implementation of the public health system in the State of São Paulo. It is located in a region regarded as being outside the city in the late nineteenth century, between the original urban site and the settlement of Pinheiros. In the twentieth century, the city's growth has incorporated this area, which now corresponds to a perimeter in the central region bounded by streets Teodoro Sampaio, Oscar Freire and avenues Rebouças and Doutor Arnaldo, joining a growing number of buildings related to public health. The documentation examined – specifically two technical reports used by the Historical,

Archeological, Artistical and Tourism Heritage Protection Council (Condephaat) as basis for listing the site – revealed a clear split between architectural spatial analysis and historical contextualization. In addition to noting this split between the two speeches, the intent was to verify to what extent they complement, overlap or oppose each other.

Key words: Cultural heritage. University of São Paulo. Architecture preservation.

Introdução

O presente trabalho consiste na análise da documentação processual que resultou, em 2007, no tombamento, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão responsável, conforme a Constituição Estadual, artigo 216, pela pesquisa, identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural paulista, da área denominada Quadrilátero da Saúde², marco na história da implantação do sistema de saúde pública no Estado de São Paulo.

No final do século XIX, essa área, situada entre o sítio urbano original e o povoamento de Pinheiros, ainda não era povoada (SÃO PAULO, 2005, p. 6). Por esse motivo, com a finalidade de abrigar pacientes com doenças infecciosas que deveriam se isolar do restante da população, lá se instalou o Hospital do Isolamento³.

Criada em 1912, a Faculdade de Medicina e Cirurgia foi instalada provisoriamente em salas emprestadas da Antiga Escola de Comércio Álvares Penteado e da Escola Politécnica, mudando-se, mais tarde, para sua primeira sede própria localizada na Rua Brigadeiro Tobias (MOTA; MARINHO, 2012). Os edifícios que sediavam a Faculdade haviam sido residência da Marquesa de Santos e, por isso, apresentavam espaços “reduzidos e mal dimensionados” (XAVIER, 2005, p. 48).

Durante a década de 1920, a Faculdade necessitava de uma sede mais ampla. Segundo Caldeira,

(...) em 25 de janeiro de 1920, foi lançada a pedra fundamental da sede própria da Escola, localizada em frente ao cemitério do Araçá. Do projeto original, que previa a construção de 5 (cinco) edifícios, apenas 1 (um) foi construído, o que abriga o Instituto Oscar Freire (CALDEIRA, 2007, grifo nosso).

Atribui-se à Fundação Rockefeller⁴, entidade filantrópica fundada em 1913, a alteração do projeto original mencionado (de caráter pavilhonar⁵) que fora inicialmente pensado pelo escritório Ramos de Azevedo.

Em 1919, criou-se uma nova divisão na estrutura dessa fundação a fim de financiar

estudos médicos fora do território americano: *médicos* de diversos departamentos da Faculdade, financiados pela Rockefeller, formaram uma comissão que realizou viagens aos Estados Unidos para conhecer instituições norte-americanas voltadas à saúde com o intuito de reelaborar tanto o método pedagógico a ser adotado pela nova estrutura da Faculdade como o aspecto estético do edifício a ser construído.

Em 1924, o Governo do Estado assumiu os departamentos relacionados à Saúde Pública, e a antiga cadeira denominada “Laboratório de Higiene” ganhou autonomia, passando a se chamar Instituto de Higiene. Em 1927, foram iniciadas as obras da nova sede do instituto na região próxima do cemitério do Araçá. A fachada do novo prédio dialogava com a estética arquitetônica vinculada à tradição acadêmica adotada no edifício vizinho da Faculdade de Medicina, dando continuidade à ocupação na região (MIURA, 2012). Atualmente o antigo Instituto de Higiene abriga a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Todavia, não existia um hospital universitário para que os alunos de medicina assistissem às aulas práticas. Estas eram, então, ministradas na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo através de um sistema de colaboração entre esta instituição e a Faculdade de Medicina.

Até o ano de 1938, a questão da construção do hospital-escola para os alunos da Faculdade de Medicina não havia sido solucionada. O prédio que o abrigaria seria concluído apenas depois dessa data, durante a gestão do interventor Adhemar Pereira de Barros (MIURA, 2012). Em seu discurso, pronunciado no ato inaugural das obras, considerava que a construção do Hospital das Clínicas facilitaria “(...) a adoção, entre nós, do sistema de internatos mundialmente reconhecido hoje [na época da construção] como a melhor organização para a formação de especialistas” (HOSPITAL, 2007). Valorizando também a criação do hospital como local de atendimento, ainda afirmou que:

Não foi somente uma razão pedagógica que me levou a autorizar a construção do Hospital das Clínicas. Foi também um imperativo social: solução da crise nosocomial do nosso Estado... E o Hospital das Clínicas, com capacidade para cerca de **1.000 leitos**, representa incontestavelmente um valioso auxílio para a solução do magno problema de assistência hospitalar aos necessitados (HOSPITAL, 2007, grifo nosso).

Nessa ocasião, observa-se também interesse do governo brasileiro na criação de uma Escola de Enfermagem que formasse profissionais não apenas para atender a demanda do Estado de São Paulo, mas a de todo o país. O projeto do edifício que abrigaria a escola recebeu linhas modernas que contrastavam com a tradição formal

explícita nos edifícios contíguos da Faculdade de Medicina, do Instituto de Higiene e do Hospital das Clínicas de São Paulo (MIURA, 2012).

No início dos anos 1950, alguns departamentos do Hospital das Clínicas receberam pavilhões próprios. Nesse momento, São Paulo experimentava uma epidemia de poliomielite anterior aguda, ou paralisia infantil, e, para tanto, foi construído em 1953 pelo Departamento de Obras Públicas do Governo do Estado, o Instituto de Ortopedia e Traumatologia (MIURA, 2012). Nesse momento, também foi construído um prédio para abrigar o Instituto de Psiquiatria, pois se acreditava que os pacientes acometidos por doenças mentais deveriam ser alocados longe da dinâmica hospitalar corriqueira (MIURA, 2012).

Desde a década de 1970, outras instituições que abrigavam atividades e ações voltadas à saúde pública vieram a juntar-se à região, incorporadas pela urbanização crescente; como o Hospital Emílio Ribas, o Instituto da Mulher, o Instituto Médico Legal, o Instituto do Coração, o Instituto de Medicina Tropical, o Instituto da Criança, entre outros.

Ao reconhecer seu valor cultural e importância para a história do Estado de São Paulo, o Condephaat confirmou que “a prática aí exercida afirmou-se como modelo e referência para todo o país” (SÃO PAULO, 2005, p. 6). A partir desse reconhecimento buscou-se elencar os aspectos políticos, econômicos e sociais inerentes à construção desse espaço, desmistificando a política pública do governo da época e trazendo à tona a subjetividade dos atores envolvidos no processo (MIURA, 2012, p. 20).

Como parte do processo de entendimento do “Quadrilátero”, foco deste trabalho, estabeleceu-se a análise de uma fonte principal de informação: seu estudo de tombamento, o Processo Condephaat 52.290/2005, *reconstituindo seu histórico e as várias fases por que passou durante a tramitação nos departamentos da* Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), que corresponde ao grupo técnico que subsidia as deliberações do Condephaat.

Para melhor compreensão dos trâmites burocráticos a serem cumpridos até que um bem tenha seu valor reconhecido pelo órgão estadual encarregado legalmente da preservação dos bens culturais em São Paulo, são imprescindíveis os esclarecimentos a seguir. O tombamento de um bem pelo Condephaat passa pelas seguintes etapas:

1. Uma solicitação feita por uma pessoa física, jurídica ou do próprio poder público origina a abertura de um expediente antes denominado guichê, atualmente dossiê preliminar.
2. A solicitação é encaminhada à UPPH para um parecer inicial.
3. A próxima etapa é a designação de um Conselheiro Relator, para exarar seu parecer.

4. Devidamente instruído com o parecer do Conselheiro Relator, o processo aguarda inclusão em pauta de reunião do Conselho, para deliberação.
5. Caso a deliberação do Conselho seja favorável, abre-se o processo de estudo de tombamento, que assegura a preservação do bem até decisão final. O proprietário, nesse momento, é notificado. De acordo com o Decreto Estadual n. 13.426, de 16 de março de 1979, Art. 142, o tombamento se inicia pela abertura do processo respectivo por solicitação do interessado ou por deliberação tomada (ex-officio) do Conselho. Caso a deliberação do Conselho seja desfavorável, o guichê é arquivado.
6. Uma vez aberto, o processo de estudo de tombamento retorna à UPPH para prosseguimento dos estudos, com a instrução técnica.
7. Finalizados os estudos, é novamente designado um Conselheiro Relator, para novo parecer.
8. Exarado o novo parecer, o processo é incluído em pauta de reunião do Conselho, para deliberação.
9. Caso a deliberação do Conselho seja favorável ao tombamento, o proprietário é notificado e tem um prazo de 15 dias para contestar a medida. Conforme Decreto Estadual n. 13.426, de 16 de março de 1979, Art. 143, não ocorrendo contestação, o tombamento é submetido à aprovação do Secretário da Cultura e, uma vez publicada a Resolução no Diário Oficial. Depois de aprovado, é imediatamente inscrito no Livro do Tombo. Contestada a proposta, o Conselho se manifesta encaminhando o processo à apreciação final do Secretário. Da decisão do tombamento em que houve impugnação cabe recurso ao Governo do Estado. Caso a deliberação do Conselho seja desfavorável, o processo é arquivado.
10. A homologação do tombamento ocorre por meio de uma resolução do Secretário da Cultura, publicada no Diário Oficial do Estado, e posterior inscrição do bem tombado no livro próprio, conforme o artigo 139.

Até 2003, após o tombamento de um bem, passava a incidir sobre ele uma área envoltória, conforme o artigo 137, Decreto Estadual n. 13.426, de 16 de março de 1979. Nenhuma obra poderia ser executada na área compreendida num raio de 300 m em torno de qualquer edificação ou sítio tombado sem que o respectivo projeto fosse previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação. Essa situação foi modificada pela promulgação do Decreto Estadual n. 48.137 de 7 de outubro de 2003, que altera a redação do artigo 137 do Decreto n. 13.426, de 16 de março de 1979, no que se refere à área envoltória dos bens imóveis tombados pelo Condephaat.

Do mesmo órgão, foram também consultados os processos de estudos de tombamento do Acervo da Capela do Hospital das Clínicas, do Instituto Oscar Freire, da Faculdade de Medicina, do Instituto Adolfo Lutz e do Clube Atlético Oswaldo Cruz⁶, todos relativos a imóveis incorporados ao conjunto tombado em 2007. Também foi examinado o processo de regulamentação de área envoltória⁷ desses bens.

Importante esclarecer que, conforme a estruturação administrativa vigente até 2006, o

trabalho técnico era realizado por funcionários do antigo Setor Técnico de Conservação e Restauro (STCR), ligados diretamente ao Condephaat. Com a reorganização administrativa proposta pelo Decreto 50.941 de 2006 para a Secretaria de Estado da Cultura, o Condephaat passa a corresponder apenas ao Conselho Deliberativo, sem estrutura administrativa própria, sendo criada a UPPH como apoio técnico.

A leitura analítica da instrução técnica que subsidiou a deliberação do Conselho revelou uma divisão: a uma análise espacial arquitetônica⁸ seguia-se uma contextualização histórica⁹, realizadas, respectivamente, por Silvia Wolff e Dayse de Camargo (ver notas 7 e 8). Levando-se em consideração que suas contribuições apresentavam-se separadas, tentou-se identificar se os discursos dialogavam, se sobrepunham ou se contrapunham. Além disso, tentou-se identificar se essa forma de trabalho interno da UPPH influenciou no processo de reconhecimento do objeto, na maneira de lhe atribuir valor e na seleção do que seria preservado.

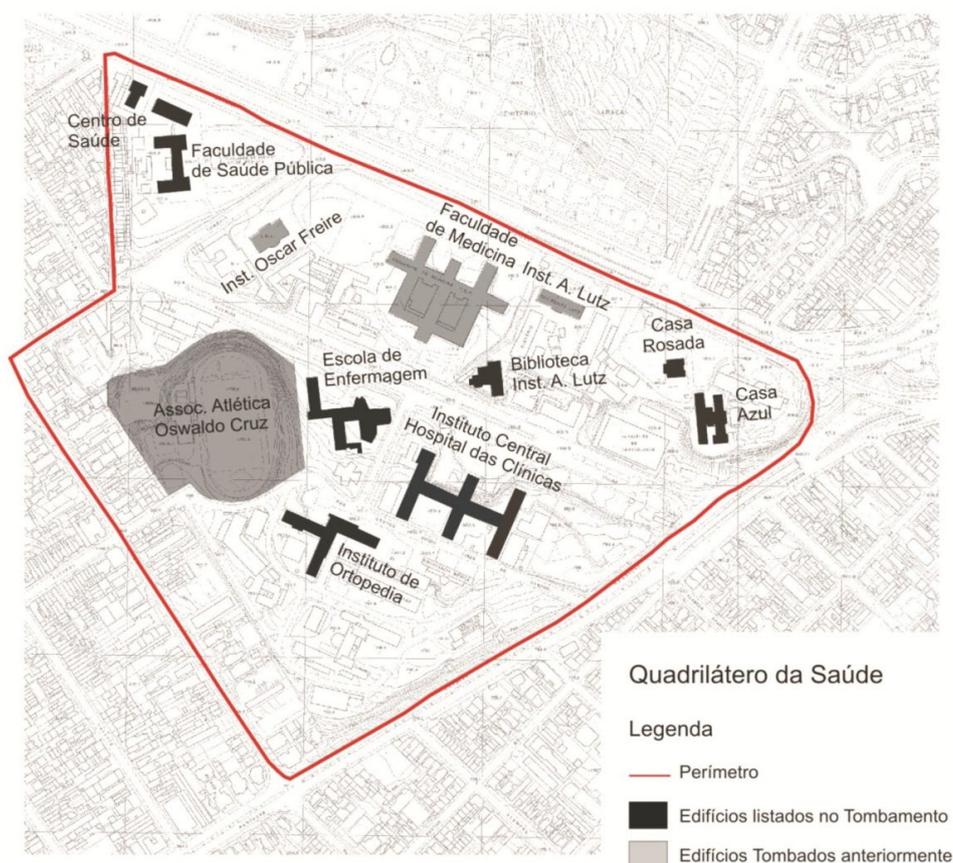


FIGURA 1. Mapa com a indicação dos edifícios anteriormente tombados e os edifícios em que incidiria o novo tombamento. Mapa base: GEGRAN, 1970. Fonte: São Paulo, 2005, p. 27 e 29.

1 O processo de estudo de tombamento

No ano de 2005, dentro do denominado Quadrilátero da Saúde, o Condephaat já havia reconhecido como patrimônio cultural estadual o Acervo da Capela do Hospital das Clínicas, o Instituto Oscar Freire, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o Edifício Central do Instituto Adolfo Lutz e o Conjunto de Edificações da Associação do Clube Atlético Oswaldo Cruz¹⁰.

De acordo com o Decreto Estadual 13.426, de 16 de março de 1979, Art. 137, cada um desses imóveis tombados gerava uma área envoltória de 300 m para proteção de sua visibilidade.

O referido Art. 137, em 2003, recebeu nova redação através da promulgação do Decreto Estadual 48.137¹¹ de 7 de outubro de 2003, que, para proteger a qualidade ambiental do bem, flexibilizou a definição caso a caso da área envoltória:

Artigo 1º - O Artigo 137 do Decreto n. 13.426, de 16 de março de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 137 - A Resolução de Tombamento preverá, no entorno do bem imóvel tombado, edificação ou sítio, uma área sujeita a restrições de ocupação e de uso, quando estes se revelarem aptos a prejudicar a qualidade ambiental do bem sob preservação, definindo, caso a caso, as dimensões dessa área envoltória.

Parágrafo único - Nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória definida nos termos deste Artigo sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Condephaat”.

Essa modificação de perspectiva sobre o conceito de área envoltória demonstra uma mudança da visão referente ao tema.

A consequência das resoluções de tombamento dos citados bens, todos próximos entre si, terem sido publicadas antes de 2003, quando os arbitrários 300 m ainda incidiam sobre eles, foi uma sobreposição de áreas envoltórias perfazendo um limite desordenado que invadia o bairro residencial abaixo da Rua Oscar Freire: foi, com isso, criada uma demanda de análises de intervenções que, sob o ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, não tinham relação com os objetos a serem preservados.

Mesmo dentro do perímetro tombado, grandes volumes de solicitações de regularização de pequenas reformas ou de atualizações tecnológicas de edifícios como o Hospital

das Clínicas, a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Saúde Pública requeriam análise técnica e posterior deliberação do Conselho.

A necessidade de criação de um critério mais efetivo para estabelecer a área envoltória de bens tombados já vinha sendo objeto de discussão. Se para um imóvel isolado dentro do perímetro urbano essa área envoltória arbitrária de 300 m se mostrasse por vezes adequada, quando o Condephaat passou a preservar grandes perímetros o raio revelou-se impróprio, quer pela dificuldade de estabelecer os vértices originários desses perímetros, quer pela desnecessidade de tal medida (os 300 m tornam-se insignificantes em perímetros determinados por extensões quilométricas)¹².

Diante desse quadro, tomou-se a iniciativa de tentar rever o tamanho da área de proteção formada pela justaposição das circunferências de raio de 300 m ao redor dos bens tombados até 2003 e estabelecer diretrizes para esse entorno a ser determinado. A aproximação com a área evidenciou a existência de outros imóveis que mereceriam maior atenção, resultando na abertura do guichê¹³ 00915/2005, cujo interessado é o Condephaat. Dessa forma, iniciou-se um estudo conjunto dos edifícios situados nesse perímetro (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

Em 17 de maio de 2005, uma equipe técnica da UPPH formada por Silvia Wolff, Dayse de Camargo, Fátima Tavella, Paulo Del Negro e Tereza Epiácio¹⁴ deu início ao “estudo sistemático que reconhece o percurso como destino dos maiores investimentos públicos na área da saúde que a área concentra desde o século XIX”, cuja conclusão se traduziu na proposta de “ampliação dos tombamentos, mas por outro lado, restrição de áreas envoltórias, com estabelecimento do que é essencial para a preservação da área” (SÃO PAULO, 2005, p. 62).

Uma vez recebido pela Diretoria Técnica, o então guichê foi encaminhado para relatoria¹⁵, que acatou o parecer técnico. Parabenizando o esforço da equipe, ressaltou a “qualidade do inventário, das justificativas e, sobretudo, da visão que busca articular edifícios tombados e a serem tombados em uma gestão coerente, especialmente por se tratar de edifícios de períodos e estilos distintos” (SÃO PAULO, 2005, p. 64). Concluiu recomendando a abertura do estudo de tombamento da área.

Paralelamente, em 13 de julho de 2005, foi publicada a resolução n. 08/2005, do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Essa resolução homologa o tombamento do Antigo Pavilhão de Classe (atual Casa Rosada e área administrativa do hospital Emílio Ribas), do Antigo Pavilhão n. 2 (atual Biblioteca do Hospital Emílio Ribas) e o portão original que, ao que

consta na pesquisa realizada pela UPPH – Condephaat, foi construído em meados do século XX e já não existe. O portão tombado correspondia aos remanescentes do antigo Hospital de Isolamento da Cidade de São Paulo, atual Hospital Emílio Ribas. A documentação foi encartada nas folhas 65 e 66 do processo em questão.

Em 15 de agosto de 2005, segundo Ata n. 1373, o parecer da conselheira relatora foi incluído na pauta para deliberação do Conselho, tendo sido aprovada a abertura de tombamento dos seguintes imóveis remanescentes do Hospital de Isolamento: Antigo Pavilhão de Classes – atual Casa Rosada Dr. Otávio Martins de Toledo; antigo Pavilhão 2 do Hospital de Isolamento (febre amarela e febre tifoide) – atual Casa Azul Dr. José Augusto Arantes; antigo pavilhão 4 do Hospital de Isolamento (varíola) – atual Biblioteca Instituto Adolfo Lutz; Faculdade de Higiene e Saúde Pública; Hospital das Clínicas; Pavilhão de Ortopedia; Escola de Enfermagem.

Ao retornar ao setor técnico para prosseguimento dos estudos, afirmava-se que no processo já constavam “as informações e reflexões técnicas suficientes para o tombamento” (SÃO PAULO, 2005, p. 81). Foram acrescentados, então, os dados históricos específicos de cada um dos imóveis propostos para preservação pela arquiteta, bem como os das instituições que eles abrigavam. Em seguida, foi encartada a minuta de resolução a ser aprovada e publicada no Diário Oficial do Estado.

De volta ao Conselho para deliberação, em 8 de março de 2007, emitiu-se relato favorável ao tombamento do Quadrilátero da Saúde, enfatizando alguns aspectos históricos, as datas principais da ocupação da área e a influência da Fundação Rockefeller no financiamento às construções existentes no perímetro. Evidenciando o fato de alguns edifícios do conjunto já serem tombados, chamou atenção para

o caráter isolado dos tombamentos pontuais, **talvez frágeis sem uma reflexão que os articule**. Para aprimorar a preservação do que já se encontra protegido, a proposta é uma gestão conjunta do que já está efetivamente tombado, o tombamento dos novos bens listados e uma área envoltória limitada ao próprio “quadrilátero”, o que traz a exigência de aprovação apenas para demolições e novas construções que ocupem os espaços livres e o terreno da Faculdade de Saúde Pública (SÃO PAULO, 2005, p. 270, grifo nosso).

Concluindo, o relato destacou tratar-se de importante conjunto arquitetônico que “mantém sua função original – de modo constantemente aprimorado – abrigando instituições que prestam serviços insubstituíveis à população nas áreas de ensino, pesquisa e serviços médicos” (SÃO PAULO, 2005, p. 271). Segundo Ata n. 1430, de 23 de abril de 2007¹⁶, o Colegiado do Condephaat deliberou pelo tombamento do conjunto.

Em fevereiro de 2007, dois meses antes da oficialização da medida, o Hospital das Clínicas (HC) já tinha encaminhado ofício em resposta à notificação de abertura de tombamento do Edifício Central e do Pavilhão de Ortopedia¹⁷. Após uma explicação minuciosa de como funcionava a administração do HC, mencionando a dimensão do hospital, a quantidade de funcionários, o volume de pesquisas e a necessidade de instalações dinâmicas, finalizou com uma manifestação desfavorável ao tombamento¹⁸.

Em 30 de julho de 2007, um parecer técnico foi emitido, esclarecendo o motivo do tombamento, ratificando-o e solicitando o encaminhamento do processo à Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura, para elaborar resposta à contestação.

Concomitantemente, o Condephaat havia aberto um novo processo protocolado para rever as resoluções dos bens já tombados, eliminar as restrições das antigas áreas envoltórias, ajustando as diretrizes às do tombamento do “Quadrilátero”¹⁹.

Como sugestão, o Grupo Técnico propôs incorporar ao texto da resolução de tombamento as diretrizes referentes aos bens já tombados e também redefinir os objetos listados no tombamento do Conjunto da Associação Atlética Oswaldo Cruz. As propostas, bem como as minutas de resoluções de tombamento e de resoluções complementares, foram encaminhadas para análise da Consultoria Jurídica em 7 de dezembro de 2007. No entanto, foram julgadas improcedentes e devolvidas ao Grupo Técnico para nova análise²⁰.

Foi feita outra proposta pelo Grupo Técnico: a de anulação das resoluções dos bens anteriormente tombados e publicação de nova resolução que os contemplasse. No momento, essa nova proposta de regulamentação da área envoltória, bem como de definição do perímetro tombado do chamado “Quadrilátero da Saúde”, encontra-se no aguardo de deliberação do Colegiado²¹.

Essas duas pendências – a contestação do HC e a restrição do tamanho das áreas envoltórias dos bens tombados anteriormente a 2003 – impedem que o processo de tombamento do “Quadrilátero” seja finalizado. Apesar de ter recebido deliberação favorável do Conselho, ainda não foi homologado pelo Secretário de Estado da Cultura. Essa reconstituição do Processo Condephaat 52.290/2005 teve por finalidade compreender como esse objeto de estudo recebeu atribuição de valor. Da leitura analítica, um dado sobressai: a solicitação de abertura do guichê foi motivada internamente por uma arquiteta da UPPH, a mesma que instruiu o processo, no caso sob uma perspectiva arquitetônica e espacial. Somente em um segundo momento foi

incluído o aporte histórico, não influenciando diretamente a seleção dos edifícios.

A seguir, serão analisados detalhadamente os dois momentos da instrução do processo: primeiro, a “informação arquitetônica”, a compreensão espacial do objeto, e, segundo, a “informação histórica”, a contribuição sobre a história da medicina e da saúde pública, bem como a das instituições.

1.1 A informação arquitetônica

A informação arquitetônica recebeu o título *Estudo do Quadrilátero da Saúde: reconhecimento de remanescentes da memória dos investimentos públicos em saúde concentrados na região de Pinheiros em São Paulo* (SÃO PAULO, 2005), e foi dividida em introdução, caracterização, histórico e proposta de preservação. O parecer é assinado pelos seguintes técnicos: arquiteta Silvia Wolff (coordenação e redação), historiadora Dayse de Camargo, arquitetos Paulo Del Negro, Tereza Epitácio e Fátima Tavella.

Na introdução, o argumento inicial é a importância do conjunto para a preservação da memória hospitalar paulistana. Wolff afirma que “nesta área concentra-se significativo conjunto de equipamentos públicos dedicados à saúde desde final do século XIX” (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

O segundo argumento versa sobre problemas administrativos decorrentes dos tombamentos já realizados. O aumento excessivo do volume de trabalho causado pelo

[...] envio recente para regularização de todas as obras realizadas no Hospital das Clínicas. Foram literalmente quilos de papel que não necessariamente, do ponto de vista dos interesses da preservação ao menos, deveriam passar pela aprovação do Conselho (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

Como consequência da aplicação do instrumento de tombamento, sua respectiva área envoltória envolveu imóveis no raio arbitrário de 300 m, criando ônus para os proprietários, na medida em que as intervenções nesses imóveis necessitavam de aprovação do Condephaat.

Para Wolff,

[...] os tombamentos na área haviam sido solicitados isoladamente, sem uma reflexão que os articulasse e prédios importantes, contemporâneos aos tombados, como a Faculdade de

Saúde Pública, não tinham preservação oficial (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

e

[...] a questão da área envoltória que, permanecendo a relativa aos 300 m legalmente constituída até o momento, invade áreas já transformadas e verticalizadas de Pinheiros que não tem [sic] relação de ambiência importante com os monumentos tombados (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

Como já descrito, o Decreto Estadual 13.426, de 16 de março de 1979, que disciplina o processo de tombamento, em seu Art. 137 estabeleceu para todos os bens tombados uma área envoltória de raio de 300 m, indiscriminadamente, sem levar em consideração as reais dimensões do objeto de tombamento.

O novo estudo para o conjunto, aberto em 2005, buscava, então, atingir os seguintes objetivos:

1. estudar a ocupação da área e sua conformação na paisagem a partir de sua justificativa ligada à história da saúde pública na cidade de São Paulo
2. estudar os marcos edificados dessa história, propor a preservação dos não tombados e justificar articuladamente através do relacionamento de todos os já preservados oficialmente
3. propor uma resolução de área envoltória que contemple toda a área e faça a revisão dos já existentes sob o antigo decreto dos 300 m” (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

Wolff chama a atenção para a intenção de “propor a preservação de elementos significativos para a preservação da memória dos investimentos em saúde pública nesse espaço” e com isso estabelecer “normas de preservação que orientem futuras transformações” (SÃO PAULO, 2005, p. 5).

A “caracterização” limita-se a descrever o objeto do estudo. O perímetro é descrito como a área

[...] ocupada por um grande conjunto de edifícios públicos dedicados às ciências médico-sanitárias no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Dentre os mais conhecidos encontram-se a Faculdade de Medicina e outras escolas da Universidade de São Paulo, bem como o Hospital das Clínicas, o Instituto Emílio Ribas e o Instituto do Coração (SÃO PAULO, 2005, p. 6).

e

[...] tem sido desde as últimas décadas do século XIX o endereço de instituições e equipamentos dedicados à saúde pública na cidade de São Paulo, sendo que a prática aí exercida afirmou-

se como modelo e referência para todo país (SÃO PAULO, 2005, p. 6).

No histórico, a pesquisa sobre a ocupação do “Quadrilátero da Saúde” abrange desde seus primórdios, em 1880, quando instalado o Hospital do Isolamento, até a década de 1950, quando construído o Pavilhão de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas. Há uma subdivisão nos seguintes temas: 1. Origem da ocupação da área; 2. O ensino da medicina e a Fundação Rockefeller; 3. Vitrine da arquitetura pública; 4. A década de 1940 – Renovação arquitetônica e 5. Dinâmica das transformações – Diagnóstico.

A cronologia aponta o Hospital do Isolamento como o primeiro traço de ocupação efetiva no local, outrora situado em uma saída da cidade. O texto destaca o fato de a implantação original obedecer a um desenho cujos eixos das edificações, bem como do portão de entrada, encontravam-se voltados para o antigo triângulo original²². Mesmo com a inversão do alinhamento dos edifícios, com a criação da então Avenida Municipal, depois denominada Doutor Arnaldo, alguns dos pavilhões permanecem até hoje voltados para a Rua da Consolação.

O segundo momento ilustrativo da ocupação da área é a instalação da Faculdade de Medicina nos terrenos vizinhos ao Isolamento. A norte-americana Fundação Rockefeller, na década de 1920, teria dado início a uma série de investimentos para criação, construção e instalação de novas instituições voltadas à saúde pública. Como contrapartida ao financiamento da construção da Faculdade de Medicina, exigira a construção de um hospital universitário (construído uma década depois), um instituto de higiene (para abrigar a cadeira de higiene, e que, segundo esta fundação norte-americana, seria merecedora de maior autonomia) e uma escola para enfermeiras (construída também só na década de 1940).

O ciclo de construções financiadas pela Fundação Rockefeller durou mais de duas décadas. Esse longo período resultou na utilização variada de linguagens nas fachadas dos edifícios, o que levou Silvia Wolff a classificar a área como “vitrine da arquitetura pública” (SÃO PAULO, 2005, p. 14).

O Hospital do Isolamento apresentava uma arquitetura original de prédio “contido em um bloco com poucas salas dividindo espaços administrativos e os de internação, e com uma pequena varanda externa, nos moldes de um *chalet* do século XIX” (SÃO PAULO, 2005, p. 14). Em 1894, com sua grande reforma, ganhou a aparência pavilhonar tão característica, proveniente de um modelo de construções hospitalares

da época, como o Hospital do Juquery, projetado por Ramos de Azevedo, com o mesmo princípio de implantação.

Embora o primeiro projeto para a Faculdade de Medicina tenha sido desenvolvido pelo escritório Ramos de Azevedo e previsse a construção de cinco edifícios seguindo a tradição pavilhonar, apenas um foi construído, o atual Instituto Oscar Freire. A desistência de continuar com esse plano original é atribuída à interferência da Fundação Rockefeller nas decisões administrativas da Faculdade.

Segundo o documento, o prédio do Instituto Oscar Freire “integra-se bem na paisagem com o prédio principal da Faculdade de Medicina, com o Instituto Adolfo Lutz, seu vizinho, bem como com o da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, do outro lado da rua, todos edifícios contemporâneos a ele” e nele se sente “mais forte o vínculo [de Ramos de Azevedo] com sua própria arquitetura escolar” (SÃO PAULO, 2005, p. 15). Wolff salienta que esses primeiros edifícios “têm sua linguagem vinculada à tradição acadêmica: na composição dos volumes, tripartidos, simétricos e hierarquizados nos elementos da linguagem plástica”; ainda, em contraposição a essa influência acadêmica, os edifícios do Hospital das Clínicas (Edifício Central), o Pavilhão de Ortopedia e a Escola de Enfermagem foram classificados como parte de um momento de “renovação arquitetônica” (SÃO PAULO, 2005, p. 16-17) durante a década de 1940. O primeiro, “fruto de uma investigação cuidadosa para a criação de espaços adequados” (SÃO PAULO, 2005, p. 17), representa o padrão hospitalar norte-americano de forma mais marcante. Já os outros se aproximam de uma linguagem modernizadora²³.

Comparando com a arquitetura realizada por Rino Levi na cidade de São Paulo, na mesma época, destituída de ornamentos com clara intenção plástica, Wolff afirma a aproximação do Pavilhão de Ortopedia, projetado pelo arquiteto Hernani do Val Penteado, com o expressionismo alemão (SÃO PAULO, 2005, p. 18).

Ao contrário das outras construções do conjunto (a Faculdade de Medicina e o Hospital das Clínicas) que supostamente deviam seguir padrões de projeto estabelecidos pela Fundação Rockefeller, o projeto do prédio da Escola de Enfermagem destacou-se provavelmente devido à liberdade de criação desse arquiteto “claramente [...] sintonizado com as últimas criações e renovações da arquitetura” (SÃO PAULO, 2005, p. 19).

Além da caracterização dos edifícios que compõem o conjunto, em seu diagnóstico, a técnica indica alguns pontos a serem considerados ao pensar o objeto como patrimônio ainda em uso e voltado para uma especialidade – a da saúde – em

constante desenvolvimento tecnológico, motivo que requer um tratamento especial.

Wolff destaca a necessidade de constantes ampliações das áreas construídas no mesmo perímetro, já adensado e restrito, sem espaço para a construção de novas instalações; o espaço é disputado tanto no interior dos prédios quanto nos espaços livres remanescentes (SÃO PAULO, 2005, p. 18).

Da mesma forma, não há um planejamento integrado para o espaço de todas as instituições, de maneira a articular-lhes os volumes. “Assim, cada departamento, cada unidade busca solucionar demandas de espaço individualmente em local à beira da saturação” (SÃO PAULO, 2005, p. 20), afirma Wolff.

A construção de um estacionamento subterrâneo para automóveis (terceirizado, localizado sob a Rua Dr. Enéas Carvalho de Aguiar), em vez de resolver os problemas gerados pela grande quantidade de usuários do complexo, gerou ainda mais conflitos e divergências entre as administrações das instituições: era taxado, não atendia adequadamente à demanda e prejudicava a circulação de pedestres nas ruas internas.

Por outro lado, a não existência de diretrizes para a utilização dos espaços livres acarretou construções prejudiciais para o diálogo entre os edifícios do conjunto, interferindo negativamente e “para sempre no *skyline* de São Paulo” (SÃO PAULO, 2005, p. 20).

Conclui sugerindo a elaboração de um

[...] plano geral de ocupação da área que levasse em conta as necessidades específicas de cada unidade e buscasse equacionar as que pudessem ser resolvidas em comum – estacionamentos, áreas de refeitórios, áreas ajardinadas etc. (SÃO PAULO, 2005, p. 20).

As próximas informações anexadas ao documento são os mapas de avaliação da área, as tabelas da cronologia da ocupação, os mapas de localização dos bens já tombados e dos bens de interesse e da área envoltória proposta, as fichas de inventários dos referidos imóveis e uma síntese iconográfica dos edifícios estudados.

A “Preservação Proposta” pela equipe da UPPH destaca os imóveis já preservados tanto em âmbito estadual como municipal e lista as edificações a serem conservadas “em face ao atual estudo, de forma a assegurar a preservação dos elementos que permitem a legibilidade dos esforços e realizações no plano da saúde na cidade de São Paulo, desde o final do século XIX” (SÃO PAULO, 2005, p. 58): 1. remanescentes

do Hospital de Isolamento (antigo Pavilhão de Classes - atual Casa Rosada Dr. Otávio Martins de Toledo, antigo Pavilhão 2 – Febre amarela e febre tifoide, atual Casa Azul Dr. José Augusto Arantes e antigo Pavilhão 4 – Varíola, atual Biblioteca Instituto Adolfo Lutz); 2. Faculdade de Higiene e Saúde Pública (prédio principal e Centro de Saúde Escola Geraldo de Paula Souza), 3. edifício central do Hospital das Clínicas; 4. Pavilhão de Ortopedia e Traumatologia; 5. Escola de Enfermagem.

1.2 A informação histórica

O extenso estudo sobre a história das instituições existentes no “Quadrilátero da Saúde”, como citado anteriormente, só foi anexado ao processo após a aprovação da abertura do estudo de tombamento pelo Colegiado, já com a lista dos edifícios selecionados para o tombamento.

O primeiro conjunto de textos corresponde a uma compilação de informações históricas provenientes dos processos de estudo de tombamento dos imóveis já tombados – o Instituto Oscar Freire (p. 91 e 92), o edifício central do Instituto Adolfo Lutz (p. 93 e 94), o conjunto de edificações da Associação do Clube Atlético Oswaldo Cruz (p. 95 e 96) e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (p. 97 a 99)²⁴.

Já a pesquisa histórica referente aos imóveis, cuja proposta de tombamento era, até então, inédita, opta por pesquisar a fundo a historicidade de cada edifício. A origem de cada instituição é reconstituída, buscando, inclusive, identificar suas sedes anteriores (quando existiram) e contextualizar o processo de construção.

Na sequência, é feita uma análise comparativa entre a linguagem arquitetônica utilizada pelo autor do projeto e as da época, checando o processo de compra e venda de terrenos e, por fim, constatando mudanças nas concepções médicas ao longo da ocupação do território. Importante salientar que essa comparação veio ao encontro das informações já apresentadas pelo parecer arquitetônico, enriquecendo a anterior análise formal dos edifícios com detalhes históricos das instituições.

As fontes de informação utilizadas são a legislação de criação e regulamentação das instituições, os títulos de propriedade, o registro geral de hipotecas e as listas de assinantes, além de vasta bibliografia: livros, periódicos e trabalhos acadêmicos.

Inaugura a lista de edifícios o Pavilhão de Ortopedia, cuja história institucional é reconstituída nos seguintes capítulos: 1. Sobre a construção e inauguração do prédio do Instituto de Ortopedia e Traumatologia; 2. Sobre o autor do projeto Hernani do

Val Penteadó; 3. A clínica de Ortopedia e Traumatologia como Instituto isolado do Complexo Hospitalar; 4. A reformulação do Instituto.

A investigação sobre a Escola de Enfermagem apresenta-se dividida em: 1. O hospital samaritano e a primeira iniciativa no campo da enfermagem profissional em São Paulo; 2. Outro passo importante, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo; 3. A criação da Escola de Enfermagem de São Paulo; 4. Histórico da construção do prédio da Escola de Enfermagem; 5. Algumas observações sobre o projeto; 6. Sobre Peter Pfisterer, autor do projeto.

O material referente ao edifício central do Hospital das Clínicas de São Paulo foi decomposto em: 1. Caminhos e percalços do projeto de um hospital para a faculdade de medicina; 2. A expansão do HC e a formação do Complexo Hospitalar; 3. A vocação do Hospital-Escola.

Os três últimos edifícios – o Centro de Saúde Modelo Geraldo Paula Souza, que incorporava em suas instalações a Inspetoria de Profilaxia da Lepra, o Hospital do Isolamento e a Faculdade de Saúde Pública, antigo Instituto de Higiene – estão diretamente relacionados com a política de saúde pública vigente no início do século XX, calcada na percepção higienista de tratamento de doenças contagiosas. Por esse motivo, a historiadora introduz um ensaio sobre o surgimento das escolas sanitárias, ressaltando a disseminação dessa nova metodologia de trabalho entre engenheiros e médicos. Menciona aqui a já citada presença da Fundação Rockefeller e a aceitação total de seus preceitos por parte das instituições paulistas de saúde pública.

Ao abordar o Centro de Saúde Modelo, a pesquisa estende-se sobre a Inspetoria de Profilaxia da Lepra, sua construção e seus usos. No histórico do Hospital do Isolamento são introduzidos o conceito de linhas imaginárias²⁵, a ideia de que as bactérias não se misturam²⁶, informações sobre Inácio Wallace da Gama Cochrane e Teodoro Sampaio, os responsáveis pela construção dos pavilhões, e depois especificamente sobre Teodoro Sampaio, autor das alas erigidas no ano de 1894. A descrição cronológica dos fatos referentes à Faculdade de Saúde Pública conta com um texto explicativo de toda a trajetória da instituição, do palacete imperial ao majestoso edifício²⁷.

2 Avaliação dos critérios de valoração do objeto

O estudo de tombamento do Quadrilátero da Saúde reconhece parte do processo de implantação de edifícios voltados à saúde no município de São Paulo. Contudo, hoje é possível observar outros volumes dentro da mesma área, resultado de ampliações de

uma primeira ocupação ocorrida em meados do século XIX, só efetivada em princípios do XX.

Os edifícios selecionados para tombamento, considerados “responsáveis pela configuração básica dessa ocupação consolidada nos anos [19]40 e [19]50” (SÃO PAULO, 2005, p. 12), teriam contemplado desde remanescentes do primeiro traço de fixação do local – o Isolamento – até edifícios que expressavam claras características da arquitetura moderna racionalista. A “superposição de temporalidades”²⁸ (LEITE, 2007, p. 80) é utilizada como justificativa da valoração do conjunto arquitetônico: esse conjunto entendido como espaço urbano revestido de camadas que, para serem compreendidas, devem ser dissecadas uma a uma (BUENO, 2009).

O tempo para o Quadrilátero não teria parado naquele momento, como Camargo coloca no trecho de sua informação denominado “A expansão do HC e a formação do Complexo Hospitalar” (SÃO PAULO, 2005, p. 127). Pelo contrário, desde o início dos acordos com a Fundação Rockefeller, o local teria sido berço para instituições de pesquisa de ponta que serviriam de referência para a atividade médica em todo país.

Por outro lado, Wolff utilizou como critério para a seleção dos edifícios o recorte temporal, contemplando apenas os edifícios construídos até a década de 1950. Na primeira parte do estudo, utiliza um critério espacial, considerando os volumes existentes no terreno e o quanto dialogavam entre si. A história dos edifícios, bem como a história do desenvolvimento das pesquisas médicas, foi considerada apenas para a compreensão de como foi sendo efetivada a ocupação na área.

A informação histórica, ricamente detalhada, aparece apenas após a decisão da abertura do tombamento, quando o estudo de inventário já tinha sido concluído. Sem emitir opinião efetiva sobre a seleção dos edifícios a serem tombados, aproxima-se de um trabalho acadêmico e serve como excelente fonte de referência para futuras pesquisas.

Não é possível identificar um diálogo entre os pontos de vista arquitetônico e histórico, de maneira a tentar descobrir como aquela arquitetura estava imbuída de costumes, hábitos, concepções, formas de pensar e, por fim, políticas em voga na época. Se, por um lado, a informação arquitetônica não se valeu completamente de dados históricos sobre a memória da atividade hospitalar, por outro, a informação histórica também não absorveu a visão espacial de conjunto tão ressaltada na primeira parte do estudo.

A contribuição histórica, neste caso, apenas enriqueceu e contextualizou objetos

previamente escolhidos, não sendo determinante no estabelecimento dos critérios de seleção dos edifícios indicados para tombamento. Em resumo, há um aparente descolamento entre o elucidado pela constituição histórica e o levantado pelo estudo arquitetônico.

Partindo da chamada “política de balcão” (MARINS, 2008) em que os processos de tombamento foram, ao longo do tempo, abertos no Condephaat, a decorrência natural feita pela Diretoria do antigo STCR era, em primeiro lugar, designar o estudo a um arquiteto e, depois, a um historiador. Essa ordem também foi seguida no caso do Quadrilátero, ocorrência que possivelmente acarretou o descolamento acima apresentado.

3 Pensando o espaço: a regulamentação da área envoltória

A situação dos bens já tombados, quando da decisão de tombamento do Quadrilátero, ficou incerta. Para a Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura, “não se pode rever o ato que impôs determinada restrição [o instrumento de tombamento], **a não ser pela anulação de uma resolução de tombamento e edição de outra**” (SÃO PAULO, 2007, p. 524, grifo nosso); dessa forma, o intuito do tombamento do “Quadrilátero” não seria atendido.

Para tanto, houve um novo encaminhamento, de modo a considerar o intuito original do estudo e

dar um sentido mais amplo a um tombamento que foi feito de forma isolada anteriormente.

Não que isso tenha sido errado, mas apenas que a experiência adquirida ao longo dos anos permitiu perceber o patrimônio daquele local de forma conjunta, de modo a preservar não apenas edifícios, mas a memória dos investimentos em saúde pública nesse espaço, o que leva à preservação de outros bens, integrados a este processo.

Além disso, a edição de nova resolução permitirá a regulamentação da área envoltória dos diversos bens ali existentes que, pela proximidade, cria sobreposições de envoltórias, (...), criando uma demanda de trabalho que nada acrescenta em termos de preservação do bem tombado (SÃO PAULO, 2007, p. 524-525, grifo nosso).

Portanto, em 2010 foi encaminhada para a manifestação do Condephaat uma nova proposta de redação para a resolução do que se denominou Quadrilátero da Saúde, não apenas incorporando as propostas de novos tombamentos como também listando os antigos tombamentos isolados. Buscou-se criar assim uma área envoltória perimetral que correspondesse ao polígono delimitado pelas ruas Teodoro Sampaio,

Oscar Freire e as avenidas Rebouças e Doutor Arnaldo, isentando inúmeros imóveis adjacentes (em sua maioria, residenciais) da submissão à aprovação do Condephaat para quaisquer intervenções a serem ali executadas. Contudo, o impasse jurídico ainda não está solucionado, pois essa proposta não foi apreciada pelo Conselho, conforme já citado²⁹.

Considerações finais

A observação do desenrolar do processo de tombamento do Quadrilátero da Saúde constitui um exemplo específico de como um dos órgãos de preservação do patrimônio se posicionou em relação ao assunto patrimônio hospitalar³⁰.

Atualmente há um entendimento de que, para se aplicar determinada atribuição de valor a um bem para o qual se solicita tombamento, há que estudá-lo e considerá-lo dentro de um conjunto. Obviamente isso não se aplica nos casos de excepcionalidade. Um exemplo dessa forma de trabalho é o número crescente de seminários organizados sobre temas específicos, como patrimônio industrial ou ferroviário. A própria ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em sua regional de São Paulo, demonstra essa inclinação ao se mobilizar administrativamente para a aquisição de todo o patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal.

Da mesma forma, as instituições agrícolas estaduais tombadas pelo Condephaat – o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a Escola Agrícola Luiz de Queiroz (Esalq) e o Instituto Biológico – formam um tripé que possibilita a inteligibilidade da política pública aplicada à agricultura, o que justificaria seu estudo em conjunto. Esse poderia ainda ser o caminho para tratar as instituições vinculadas à saúde no Estado. Como demonstra o exame do estudo de tombamento, essas instituições, na primeira metade do século XX, eram apenas peças de um quebra-cabeça maior: o Serviço Sanitário Estadual.

Sobressai, verificando esse panorama apresentado no caso da saúde, uma invocação de auxílio para “apagar incêndios”, pretendendo salvar edificações não mais utilizadas para seu uso inicial, como os hospitais para tratamento de doenças contagiosas e mentais, instituições que não se justificam mais na sociedade atual. Uma vez desaparecida a prática da reclusão como método de tratamento, as edificações correm o risco de ter suas características originais alteradas pela necessidade de remodelações e atualizações, muitas vezes desrespeitando o espaço do bem cultural como seu suporte de memória (HALBWACHS, 1990, p. 133).

Convém, neste caso, ressaltar que o Quadrilátero da Saúde corresponde a uma exceção a essa regra. Sua característica particular de reunir várias instituições, cada uma com determinada função, possibilitou o entendimento de uma rede de relações e a identificação de uma política única que vigorava no início do século XX e preconizava o tratamento da saúde de toda a população. Configura-se, mesmo que de forma incipiente, uma iniciativa cuja perspectiva vai além de uma solicitação “de balcão”. Essa visão inter-relacional determina uma diferença entre os primeiros tombamentos na área – pensados de maneira isolada e individual – e o tombamento desse conjunto, criando uma rede de relações entre as instituições ali estabelecidas: os bens já protegidos e aqueles a serem tombados.

Notas

(1) Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP, 2006) e Mestre pela FAU-USP (2012). Arquiteta da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) do Governo do Estado de São Paulo (Unidade Técnica de apoio ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat) desde 2007. E-mail: pmmiura@yahoo.com.br.

(2) Embora a área física em questão se aproxime de um polígono, no estudo de tombamento existente na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), setor técnico de apoio ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Governo do Estado de São Paulo (Condephaat), utilizou-se a forma simplificada “quadrilátero”. É esse o motivo da utilização das aspas sempre que o termo é citado.

(3) Existem remanescentes do antigo Hospital do Isolamento que ainda mantêm a implantação original do lote, com orientação voltada para o centro da cidade. Tais edificações constam tanto no estudo de tombamento do Condephaat para o Quadrilátero da Saúde como naquele do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo (DPH) (SÃO PAULO, 2005).

(4) A Fundação Rockefeller é uma instituição privada norte-americana organizada em 1913 a partir de um grupo de juntas filantrópicas patrocinadas pela família Rockefeller desde o século XIX. Entende-se por filantropia “a destinação de recursos privados para atuação em atividades de interesse público”. No caso específico da filantropia científica, há destinação de recursos privados para a produção de conhecimento científico (MARINHO, 2001, p. 14). Se até a Primeira Guerra Mundial a Rockefeller investira em ações de saúde pública, de educação geral, de economia e de relações industriais, com o final da guerra, seu campo de atuação voltou-se para a educação médica e às ações de saúde pública.

(5) No projeto proposto pelo escritório Ramos de Azevedo, as disciplinas da Faculdade de Medicina seriam distribuídas em cinco pavilhões, sendo o primeiro destes destinado à Medicina Legal. Apenas esse primeiro foi construído e corresponde atualmente ao Instituto Oscar Freire.

(6) Processos Condephaat SCET 09079/1969, 20.625/1978, 26.329/1988, 28.225/1990, respectivamente.

(7) Processo Condephaat 55.655/2007. Sobre área envoltória, verificar Decreto Estadual n. 13.426 de 16 de março de 1979, Art. 137 e Decreto Estadual n 48, 137 de 7 de outubro de 2003.

(8) A análise espacial foi produzida por Sílvia Wolff, arquiteta e técnica do antigo STCR – Setor Técnico de Conservação e Restauo do Condephaat (atual UPPH, já citada). Wolff também é a coordenadora da pesquisa para o estudo de tombamento do Quadrilátero da Saúde e sua principal autora.

(9) A contextualização histórica foi produzida por Dayse de Camargo, historiadora colaboradora do antigo STCR, Setor Técnico de Conservação e Restauro do Condephaat (atual UPPH, já citada).

(10) Resoluções de 15/5/1970, 66 de 9/12/1982, 8 de 16/3/1981, SC 32 de 18/10/1990 e SC 187 de 12/12/2002, respectivamente.

(11) Até hoje essa redação causa inúmeras interpretações e há várias possibilidades de redação que podemos identificar nas minutas de resolução posteriores a 2003. Em algumas resoluções, aparece o texto: “o bem está isento de área envoltória” e em outras, o texto: “a área envoltória se restringe aos limites do próprio lote”, entre outras possibilidades.

(12) Por exemplo, quando tratamos de grandes áreas naturais, como a Serra do Mar, essa regra se torna inviável. No caso da resolução dos bairros tombados já se estabelecia a não existência de áreas envoltórias.

(13) O guichê é um documento criado no Setor de Protocolo da UPPH, atualmente denominado dossiê preliminar, e corresponde ao passo inicial do estudo de tombamento. Qualquer cidadão pode solicitar a abertura de guichê, desde que obedecendo à listagem de documentos que constam na Ordem de Serviço 02/92. Quando um imóvel é objeto de um guichê, ainda não está protegido pelo Condephaat, ou seja, não é necessária prévia autorização do Conselho para qualquer intervenção a ser nele realizada. A instrução do guichê é uma prévia análise do objeto de pesquisa a ser enviada ao Conselho para deliberação sobre a abertura ou não do estudo de tombamento. Quando o imóvel já é objeto de estudo de tombamento, já está protegido pelo Condephaat, embora ainda não gere uma área envoltória.

(14) Fátima Tavella, Paulo Del Negro e Tereza Epitácio são arquitetos e técnicos da UPPH.

(15) Para relatar foi designada a então conselheira Silvana Rubino. Participou do Condephaat de 2004 a 2008 e ocupou as cadeiras do Departamento de História e do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), respectivamente. Silvana Rubino é docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma Universidade. Atualmente é novamente conselheira do Condephaat.

(16) Texto integral da ata: “Relativo ao Estudo de tombamento do quadrilátero da Saúde, Memória dos Investimentos Públicos na área da saúde, Bairro de Pinheiros, nesta Capital. A Conselheira Silvana Barbosa Rubino procedeu à leitura do seu parecer sobre o assunto e a Arq. Silvia Wolff, arquiteta do Grupo Técnico forneceu esclarecimentos complementares sobre o assunto. Após breve discussão, o Colegiado deliberou aprovar o parecer da Relatora, favorável ao tombamento”.

(17) Para melhor compreender os trâmites burocráticos no âmbito do Condephaat, verificar nota 3.

(18) A contestação por parte do proprietário é ato legal e legítimo quando da decisão de tombamento pelo Condephaat. Após a notificação do tombamento, o proprietário tem o direito de manifestar-se desfavorável a este e para isso deve apresentar seus argumentos. Julgando os argumentos procedentes, o Conselho pode até reconsiderar o tombamento (Decreto Estadual n. 13. 426, de 16 de março de 1979, art. 143).

(19) O processo Condephaat 55.655/2007 foi aberto segundo solicitação das técnicas Silvia Wolff e Fátima Tavella (verificar p. 4 do Processo Condephaat 52.290/2005).

(20) Julgou-se que não havia possibilidade da incidência do Decreto Estadual n. 48.137/2003 aos tombamentos efetuados em data anterior à sua vigência, sendo assim prejudicadas as minutas de resoluções complementares planejadas pela Assessoria Jurídica da UPPH e pelo Grupo Técnico.

(21) Esta é a situação do processo no momento em que este trabalho foi redigido. Devido à dinâmica interna dos processos, tal *status* pode estar desatualizado no momento da apresentação deste trabalho.

(22) O antigo triângulo original é considerado a origem da formação da cidade de São Paulo. Trata-se de uma figura construída a partir das ruas Direita, XV de Novembro e São Bento, que só se expandiria em fins do século

XIX.

(23) A distinção formal dos edifícios formadores do Quadrilátero foi estudada na dissertação de mestrado intitulada “Quadrilátero da saúde: espaço de ensino, pesquisa e saúde pública em São Paulo” (MIURA, 2012).

(24) As páginas aqui citadas correspondem àquelas presentes no Processo Condephaat 52.290/2005.

(25) Denominada “cordão hospitalar”, tinha por finalidade isolar dentro de cada recinto do estabelecimento os enfermos e os funcionários que se incumbiam de seu atendimento. Entre as alas separadas pelo cordão só poderiam transitar o diretor do hospital, a enfermeira chefe e o médico encarregado do serviço clínico. As internações, as altas, os enterros, quaisquer passagens pelo cordão só eram autorizadas após rigoroso procedimento de desinfecção, banho e mudança de vestuário. Para os funcionários que inadvertidamente rompessem o cordão hospitalar, previam-se as sanções de censura, suspensão e até demissão (SÃO PAULO, 2005, p. 180). Tal conceito foi desenvolvido na dissertação de mestrado intitulada “Quadrilátero da saúde: espaço de ensino, pesquisa e saúde pública em São Paulo” (MIURA, 2012).

(26) Referindo-se à transferência do Instituto Bacteriológico para o terreno do Isolamento.

(27) Referindo-se à transferência do antigo Instituto de Higiene para a nova sede construída em terreno vizinho à Faculdade de Medicina, no Araçá.

(28) Tal conceito foi desenvolvido por Rogério Proença Leite ao analisar a noção de preservação aplicada no tombamento do Recife Antigo. Diferentemente de outros tombamentos de cidades históricas brasileiras em que se “ressalta a permanência e homogeneidade de um determinado estilo”, o tombamento do Recife Antigo buscou valorizar as “transformações urbanas e alterações de estilos” que essa área passou e que a torna “única, íntegra e híbrida” (LEITE, 2007, p. 80).

(29) Esta é a situação do processo no momento em que este trabalho foi redigido. Devido à dinâmica interna dos processos, tal *status* pode estar desatualizado no momento da apresentação deste trabalho. Verificar também item “2. O processo de estudo de tombamento”.

(30) Pretendendo traçar um breve panorama de como o órgão vem tratando o tema do patrimônio hospitalar, procedeu-se a um levantamento dos processos existentes nos seus arquivos, referentes a ensino, pesquisa e prática voltados à saúde que resultou no artigo apresentado no IV Seminário Nacional do Centro de Memória “Memória e Patrimônio”, organizado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP em 2009, intitulado “O Condephaat e sua prática de preservação das instituições de saúde”.

Referências

BUENO, B. P. S. *AUH-5828 - Questões de História da Urbanização*. 2009. Disciplina oferecida pelo Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009. Notas de aula.

CALDEIRA, M. P. R. Histórico da criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. In: *Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, s.d. Disponível em: <<http://www.fm.usp.br/historico.php>>. Acesso em: dez. 2007.

CAMPOS, E. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. 814 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

MARINS, P. C. G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Cenpec; Imesp, 2008, pp.137-167.

MASTROMAURO, G. C. *Urbanismo e salubridade na São Paulo imperial: o Hospital do Isolamento e o cemitério do Araçá*. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Ciências Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2008.

MIURA, P. M. *Quadrilátero da saúde: espaço de ensino, pesquisa e saúde pública em São Paulo*. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Verbete Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo: Manole, 2012.

_____. Verbete Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo: Manole, 2012.

_____. Verbete Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo: Manole, 2012.

_____. Verbete Instituto de Ortopedia e Traumatologia Professor Francisco Elias de Godoy Moreira. In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo: Manole, 2012.

_____. Verbete Instituto de Psiquiatria Professor Antônio Carlos Pacheco e Silva da Universidade de São Paulo. In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo: Manole, 2012.

MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. Verbete Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo: Manole, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Processo n. 26.329/88. *Estudo de tombamento do Instituto Adolfo Lutz*. São Paulo, 1988.

_____. Decreto 13.426, de 16 de março de 1979. *Disciplina o processo de tombamento do Condephaat*. São Paulo, 1979.

_____. Decreto 48.137, de 07 de outubro de 2003. *Altera a redação do Artigo 137 do Decreto n. 13.426, de 16 de março de 1979, no que se refere à área envoltória dos bens imóveis tombados pelo CONDEPHAAT*. São Paulo, 2003.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Processo n. 52.290/2005. *Estudo de tombamento do Quadrilátero da Saúde, memória dos investimentos públicos na área da saúde no bairro de Pinheiros*. São Paulo, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Processo n. 55.655/2007. *Regulamentação de área envoltória dos bens tombados Faculdade de Medicina da USP, Instituto Oscar Freire, edifício central Instituto Adolfo Lutz e Associação Acadêmica Oswaldo Cruz*. São Paulo, 2007.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Processo SCET n. 9.079/69. *Estudo de tombamento do acervo da Capela do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP*. São Paulo, 1969.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Processo n. 20.625/78. *Estudo de tombamento da Faculdade de Medicina e Instituto Oscar Freire*. São Paulo, 1969.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Processo n. 28.225/90. *Estudo da sede da Associação Atlética Oswaldo Cruz*. São Paulo, 1990.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo Resolução 08/CONPRESP/2005. *Sobre o tombamento do conjunto formado pelos pavilhões remanescentes do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo (atual Hospital Emílio Ribas) e seu portão original*. São Paulo, 2005.

WATANABE, E. M.; MIURA, P. M. O Condephaat e sua prática de preservação das instituições de saúde. In: Seminário Nacional do Centro de Memória "Memória e Patrimônio", IV, 2009, Campinas. *Anais do IV Seminário Nacional do Centro de Memória "Memória e Patrimônio"*. Campinas: Unicamp, 2009.

XAVIER, M. A. O campus e a cidade. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Centro de Preservação Cultural. Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

Recebido em: 15/03/2014

Aceito para publicação em: 01/12/2014